
MECANISMOS IDEOLÓGICOS DE MANUTENÇÃO DA HETEROSSEXUALIDADE NA HIERARQUIA SOCIAL

IDEOLOGICAL MECHANISMS FOR MAINTAINING HETEROSEXUALITY IN THE SOCIAL HIERARCHY

COMPONENTES IDEOLÓGICOS PARA MANTENIMIENTO DE LA HETEROSEXUALIDAD EN LA JERARQUÍA SOCIAL

Elisa Aguiar Volpato ¹

Suellen Kochinski Borges de Oliveira ²

Resumo

A heterossexualidade enquanto um modelo institucional de comportamento e uma expectativa social, implicando em uma forma específica com que a sociedade espera que os sujeitos se atraiam e se relacionem com os gêneros. O artigo utiliza como metodologia a revisão bibliográfica narrativa, buscando material teórico referente aos conceitos vinculados às opressões relacionados com gênero e sexualidade, focando no recorte de gênero e considerando os aspectos associados às vivências de mulheres. O artigo busca explorar a instituição da heterossexualidade por meio dos conceitos de fato social e dualismo hierárquico e discutir os mecanismos ideológicos a respeito de gênero e sexualidade, assim como as práticas discriminatórias que mantêm a heterossexualidade em posição de poder social. As ideologias cissexista, alossexista, heterossexista, diadista e monossexista fazem com que, considerando a existência da hierarquia social dicotômica, a sociedade legitime determinados sujeitos e discrimine outros exclusivamente em decorrência de identidades dissidentes.

Palavras-Chave: Heteronormatividade; Discriminação; Ideologia.

Abstract

Heterosexuality as an institutional model of behavior and a social expectation, implying a specific way in which society expects subjects to be attracted to and relate to genders. The article uses a narrative bibliographic review as a methodology, seeking theoretical material regarding the concepts linked to oppression related to gender and sexuality, focusing on the gender perspective and considering aspects associated with women's experiences. The article seeks to explore the institution of heterosexuality through the concepts of social fact and hierarchical dualism and to discuss the ideological mechanisms regarding gender and sexuality, as well as the discriminatory practices that keep heterosexuality in a position of social power. Cissexist, allosexist, heterosexist, diadista and monosexist ideologies make society, considering the

¹ Bacharela em Psicologia pelo Centro Universitário Autônomo do Brasil (UniBrasil). Contato: elisavolpato7@gmail.com.

² Graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Contato: suellenkbo@gmail.com.

existence of a dichotomous social hierarchy, to legitimize certain subjects and discriminate against others exclusively as a result of dissident identities.

Keywords: Heteronormativity; Discrimination; Ideology.

Resumen

La heterosexualidad como modelo institucional de comportamiento y una expectativa social, implica una forma específica en que la sociedad espera que los sujetos se sientan atraídos y se relacionen con los géneros. El artículo utiliza una revisión bibliográfica narrativa como metodología, buscando material teórico sobre los conceptos vinculados a la opresión de género y de la sexualidad, enfocándose en el corte de género y considerando los aspectos asociados a las vivencias de las mujeres. El artículo busca explorar la institución de la heterosexualidad a través de los conceptos de hecho social y dualismo jerárquico y discutir los componentes ideológicos en torno al género y la sexualidad, así como las prácticas discriminatorias que mantienen a la heterosexualidad en una posición de poder social. Las ideologías cissexista, alosexista, heterosexista, diadista y monosexista hacen que la sociedad, considerando la existencia de una jerarquía social dicotómica, legitime determinados sujetos y discrimine a otros exclusivamente como resultado de identidades disidentes.

Palabras Clave: Heteronormatividad; Discriminación; Ideología.

INTRODUÇÃO

O heterossexismo e a heteronormatividade colocam a heterossexualidade enquanto uma expectativa social, fazendo com que as dissidências sexuais sejam apagadas, deslegitimadas e discriminadas a partir de uma lógica reducionista que vincula desejo e sexo à reprodução. No entanto, os discursos heterossexistas não são os únicos que contribuem para que tais discriminações ocorram. Nesse sentido, uma compreensão das demais ideologias sociais que pautam as opressões pode contribuir para o entendimento de como o modelo institucional de heterossexualidade afeta as experiências e existências das identidades dissidentes.

O presente artigo explora as práticas discriminatórias e os mecanismos ideológicos que mantêm o modelo de heterossexualidade em posição de poder social, partindo dos conceitos de fato social e de dualismo hierárquico. Considerando a extensão do assunto, um recorte de gênero foi utilizado buscando discorrer especificamente sobre como o modelo de heterossexualidade reflete nas identidades dissidentes de mulheres, abordando o heterossexismo, monossexismo, alossexismo e cissexismo.

Os fatos sociais, para Émile Durkheim (2007, [1895]), são o objeto de estudo

da sociologia, buscando distinguir fenômenos orgânicos e psicológicos dos fenômenos sociológicos. Segundo o autor, é possível identificar esses fatos sociais por meio de três características básicas que ele deve possuir: 1) generalidade, refere-se a um fenômeno que exprime um certo modelo coletivo; 2) exterioridade, tem por premissa que o fato social independe do indivíduo, devendo existir antes mesmo de sua existência, ou seja, deve vir do exterior para o interior, criando, assim, uma ilusão de que o sujeito elaborou aquilo que, na verdade, lhe foi imposto de fora; e 3) coercitividade, onde o fato social deve ser imposto aos indivíduos de forma que apenas ao recusá-lo, ou voltar-se contra ele, estes percebem tal coerção.

Para Émile Durkheim (2007, [1895]) os fatos sociais instituem aos sujeitos determinadas formas de pensar e agir que não dependem deles mesmos. Seguindo essa perspectiva, a heterossexualidade se torna “uma fonte de privilégios” e “uma posição de poder” (Adilson José MOREIRA, 2017, p.146), se tornando um modelo institucionalizado como padrão de comportamento e expectativa social. Os privilégios sociais também funcionam como mecanismos de exclusão, pois as práticas discriminatórias não apenas reafirmam posições de inferioridade a grupos minoritários, mas também mantêm os grupos dominantes em posições de vantagem social (Adilson José MOREIRA, 2017). Buscando compreender os privilégios sociais a partir de suas relações com as opressões, Linda L. Black e David Stone (2005) afirmam que um privilégio pode ser decorrente de uma posição de poder. Os autores colocam que a visão normativa de heterossexualidade faz com que qualquer outra sexualidade seja vista como desviante ou errada.

A heterossexualidade enquanto modelo institucional é construída no imaginário social por diversos discursos, como o médico, o jurídico, o científico e o religioso, todos tendo uma relação dialética entre si e com o discurso social. Estes discursos são muitas vezes as bases nas quais as discriminações são pautadas. Para Adilson José Moreira (2017), as discriminações que utilizam argumentos naturalistas de que existem distinções biológicas entre sujeitos a partir de gênero, raça e sexualidade pode ser entendidas como um reflexo de que tais distinções são culturalmente construídas por meio de processos de significação social feitos pelos grupos dominantes.

Os conceitos de heterossexualidade compulsória e heteronormatividade são fundamentais para compreender a heterossexualidade enquanto um modelo institucional e, embora sejam frequentemente utilizados como sinônimos, existem

importantes distinções e correlações entre eles.

Conforme Adrienne Rich (2010 [1980]), a expectativa social de heterossexualidade, produzida e reproduzida por meio do discurso, a coloca enquanto única expressão normal e legitimada de sexualidade produz a heterossexualidade compulsória. Enquanto a heteronormatividade, conforme Michael Warner (1991), se refere às exigências de que todos organizassem suas vidas a partir do modelo da heterossexualidade. A perspectiva heteronormativa também é baseada na dicotomia complementar de gênero, compreendendo que o sexo, a identidade de gênero e o papel social devem estar integrados em masculino e feminino, e conseqüentemente em expressões de gênero correspondentes a masculinidade ou feminilidade.

Justamente pela heterossexualidade ser apresentada, desde muito cedo, aos sujeitos enquanto única expressão natural de sexualidade, ela apresenta um componente coercitivo no qual as dissidências sexuais serão discriminadas. Nesse sentido, a coerção presente no fato social está associada à heterossexualidade compulsória, uma vez que as dissidências sexuais serão apagadas e deslegitimadoras no discurso social.

A tendência social de pensar, descrever e organizar o mundo a partir de categorias dicotômicas, como por exemplo bem/mal e certo/errado, se estendendo para gênero e sexualidade: homem/mulher, heterossexual/homossexual (Kathleen BENNETT, 1992), e também para outras dicotomias como masculino/feminino, masculinidade/feminilidade, formando o que a autora compreende enquanto dualismo hierárquico, onde uma categoria polarizada é frequentemente julgada enquanto melhor ou mais importante a partir de uma perspectiva de naturalismo.

Kathleen Bennett (1992) aponta o sistema de gênero como importante para discutir as opressões e enfatiza a importância de compreender como este opera em relação a outras formas de opressão. A interseccionalidade torna-se fundamental para compreender como o dualismo hierárquico funciona na sociedade. Para Carla Akotirene (2019), a interseccionalidade é uma importante ferramenta teórica-metodológica que permite compreender as identidades a partir de perspectivas que consideram questões de gênero, classe e raça.

Para Kathleen Bennett (1992), o discurso social que afirma a existência de diferenças fisiológicas entre homens e mulheres, concebendo-as enquanto inatas e determinantes, está relacionado com a busca em manter papéis de gênero. O pensamento da sexualidade humana onde o sexo deve ter fins reprodutivos está

relacionado com a compreensão social de gênero e sexualidade. A redução da sexualidade coloca uma existência dicotômica de gênero e que estes funcionam como opostos complementares e, justamente pelo reducionismo, apresenta que existiria uma maneira correta de um gênero se relacionar com outro (Judith BUTLER, 2003 [1990]).

O artigo foi feito a partir de uma revisão bibliográfica narrativa, buscando material teórico referente aos conceitos vinculados às opressões relacionados com gênero e sexualidade utilizando o recorte de gênero e considerando os aspectos associados às vivências de mulheres. Ressaltamos que conceitos como allossexismo e diadismo tem poucas produções teóricas nacionais, e inclusive internacionais, que analisam essas opressões, e portanto, estimulamos que sejam investigadas futuramente com maior profundidade.

O presente artigo é dividido em duas seções. A primeira, *Hierarquias e discriminações*, levantará uma discussão sobre como as práticas discriminatórias relacionadas a gênero e sexualidade operam na opressão de mulheres, e a segunda, *Discursos e ideologias* busca articular como os discursos sociais constroem ideias que pautam as discriminações e como elas potencialmente afetam a vida de mulheres.

HIERARQUIAS E DISCRIMINAÇÕES SOCIAIS

O dualismo hierárquico reforça o controle social a partir do modelo dominador/dominado por meio de categorias dicotômicas socialmente construídas (Kathleen BENNETT, 1992), promovendo um sistema de discriminação.

As discriminações, que conforme Adilson José Moreira (2017) ocorrem quando os sujeitos são tratados de forma arbitrária em decorrência dos grupos aos quais pertencem, buscam manter a subordinação dos sujeitos que pertencem a determinados grupos sociais. A discriminação e as práticas discriminatórias são consequências e mecanismos através dos quais uma hierarquia é sustentada. As ideologias presentes nos discursos sociais em torno de gênero e sexualidade são formas com que a sociedade cria discursos e forma o imaginário social que pauta a discriminação.

Compreendendo o dualismo hierárquico enquanto uma organização social do mundo e considerando a arbitrariedade que posicionam os sujeitos nessa hierarquia, a maneira com que as hierarquias se constroem e se mantêm dispõe de determinadas ideologias. Para Marilena Chauí (2011), uma ideologia pode ser definida como a

maneira com que a sociedade apresenta ideias, normas e valores aos sujeitos por meio da ocultação. A ideologia é uma das formas pelas quais o modelo dominação/submissão opera e, considerando que o discurso não pode ser separado da ideologia (Helena H. Nagamine BRANDÃO, 1998), o discurso é uma das formas pelas quais as ideologias são apresentadas aos sujeitos. Para Michel Foucault (1990, [1976]), a sexualidade se tornou um dispositivo de controle dos corpos, da existência e da população por meio do discurso médico-jurídico.

Michel Foucault (1990, [1976]) descreve as variações históricas nas formas com que a sociedade compreendia as relações entre sujeitos do mesmo gênero. Por exemplo, na Grécia Antiga era socialmente aceito homens se relacionarem com mulheres e determinados homens, e inclusive, muitos homens mantinham relacionamentos matrimoniais com mulheres e sem deixar de continuar se relacionando com outros homens. No entanto, as relações homoeróticas entre mulheres na Antiguidade não possuíam a mesma conotação social, nunca lhes foi historicamente concedida a normalidade de se relacionarem, justamente por terem sido colocadas em papéis de submissão à homens, colocando-as apenas enquanto objeto de desejo (amante, prostituta) ou de pertencimento (filha, esposa).

O discurso jurídico institucionaliza a heterossexualidade por meio normas “transformam sentidos culturais em regras que regulam as relações” perpetuando uma hierarquia (Adilson José MOREIRA, 2010, p.48), e até o século XIX regulou através de proibições a sexualidade (Daniele Trindade MESQUITA; Juliana PERUCCHI, 2016). O discurso religioso, que pode ser considerado o primeiro mecanismo de controle sexual, parte de discursos baseados na moral e na ética de uma perspectiva cristã (Theremilza Cristina Santana RAPOSO, 1996), ligando as sexualidades dissidentes à uma ideia de pecado (Daniele Trindade MESQUITA; Juliana PERUCCHI, 2016) gerando uma coerção que mantém o modelo heterossexual no poder. Os discursos médico e científico também colocaram a heterossexualidade em um status de poder por meio da patologização das sexualidades dissidentes (Marlon Silveira SILVA; Talita Gonçalves MEDEIROS; Marcio CAETANO, 2015).

Partindo da perspectiva de que a heterossexualidade é um modelo político, a discriminação contra minorias sexuais não podem ser reduzida exclusivamente à violência física. Para Pierre Bourdieu (1991 [1982]), existe um poder invisível chamado poder simbólico responsável pelas violências simbólicas proposta pelo autor e Jean Claude Passeron (1992 [1970]) como uma forma de violência exercida através das

relações de poderes com o qual a sociedade consegue impor significado e a legitimidade do mesmo. Pierre Bourdieu (2001 [1998]) define a violência simbólica enquanto sendo invisível para as próprias vítimas, podendo ser exercida a partir do que existe de simbólico na comunicação e no conhecimento.

Essa violência simbólica citada por Bourdieu pode ser relacionada com um aspecto essencial que Émile Durkheim (1895) ressalta no que diz respeito a coerção presente nos fatos sociais: um indivíduo só conseguirá sentir ou perceber, de fato, essa coerção quando resistir ou ir contra o fato social.

Considerando que o poder simbólico consegue reforçar os pensamentos dominantes ao fornecer ao sujeito uma visão de mundo por meio dos discursos dominantes, que impõem regras, valores e comportamentos, e que a violência simbólica é exercida de forma invisível, as ideologias são uma peça central para explorar como o modelo de heterossexualidade opera de forma coercitiva aos sujeitos.

DISCURSOS E IDEOLOGIAS

Nesta seção discutiremos algumas das ideologias presentes no discurso social. É importante ressaltar que, considerando o recorte de gênero feito neste artigo, não buscamos abordar todos os sistemas ideológicos e, embora nenhuma ideologia opera isoladamente umas das outras, enfatizamos que existem outras que pautam discriminações e opressões sociais que são decorrentes de outros fatores sociais. Compreendendo que gênero e raça devem ser apresentados nas discussões acadêmicas de maneira articulada, abordaremos o racismo partindo de que é necessário compreender que, por exemplo, a discriminação que acontece com mulheres brancas não acontecerá da mesma forma com mulheres negras, assim como as experiências de mulheres trans não serão as mesmas de mulheres cis.

Nesta seção discutiremos o cissexismo, o allossexismo, o heterossexismo, o monossexismo e o diadismo, bem como as práticas discriminatórias decorrentes dos discursos em torno dessas ideologias. Utilizaremos o conceito de heterossexualidade enquanto modelo institucional como um fio condutor durante a articulação teórica.

Embora o fato de que a maioria das identidades que compõem o movimento LGBTQIA+ enfrentam discriminações semelhantes, é necessário considerar que também existem distinções. O termo homofobia ainda é frequentemente utilizado para se referir às discriminações vivenciadas por todes da sigla, promovendo uma compreensão excludente do que a sociedade entende por discriminação e dificultando

o debate social das diferentes formas com que cada uma das letras enfrentará as discriminações sociais. Portanto, existe importância social em reconhecer as distintas formas de discriminações e como as diferentes ideologias as perpetuam. Considerando o recorte de gênero apresentado anteriormente, discutiremos a seguir as práticas discriminatórias da lesbofobia, bifobia, transfobia, intersexofobia e acefobia.

O recorte racial se torna essencial para iniciarmos a discussão. Conforme Ana Carolina Viana, Cristiane Santos e Rafaela Ezechiello (2019), a hipersexualização de mulheres negras é consequência da objetificação decorrente do colonialismo, que deixou resquícios sociais do racismo, fazendo com que os corpos de mulheres negras sejam mostrados na mídia a partir de um enfoque na sensualidade. Para Silvane Aparecida da Silva (2008), mulheres negras muitas vezes enfrentam discriminações e violências sexuais decorrentes do racismo.

Conforme Carolina Silveira da Conceição e Claudia Mercedes Mora (2020), considerando a presença do racismo nas relações afetivo-sexuais de mulheres negras, a preterição que ocorre nesses relacionamentos também pode estar vinculado a um sentimento de solidão onde os relacionamentos íntimos têm durações curtas ou médias. Podemos considerar que a preterição também ocorre nos relacionamentos com mulheres negras lésbicas e bissexuais.

O heterossexismo, que segundo Gregory M. Herek (1992) é um sistema que estigmatiza pessoas não heterossexuais. Também está relacionado com o conceito de heterossexualidade compulsória, uma vez que o heterossexismo institui a ideia de que a heterossexualidade seria a única expressão natural de sexualidade.

Para Adrienne Rich (2010 [1980]) o apagamento da existência lésbica é reforçado pelos papéis de gênero socialmente atribuídos a mulheres para mantê-las sob dominação de homens, onde, por exemplo, a promoção do pensamento de que o papel social de mulheres deveria estar exclusivamente relacionado à instituição do casamento e da maternidade; às restrições sociais impostas às mulheres que as privam de independência social e financeira, de produção e educação acadêmica e/ou criativa; e à objetificação, exploração e violências sexuais dos corpos de mulheres. Ressaltamos que o heterossexismo também está relacionado com as experiências de mulheres bissexuais e assexuais, uma vez que ele coloca apenas a heterossexualidade enquanto uma expressão legítima de sexualidade.

O cissexismo é perpetuado não apenas pela ideia de que o gênero é determinado biologicamente, mas também pelo modelo dicotômico e heteronormativo no qual existem apenas dois gêneros e que um deve desejar o outro. Todos esses pressupostos constroem o cissexismo que, segundo Daniela Calvó Barrera (2014), oprime pessoas trans, binárias e não binárias, e também pessoas intersexo, ao negar suas existências e vivências.

Segundo Paula Gaudenzi (2018, p. 2), a intersexualidade é discriminada pelo discurso médico que a caracteriza como uma “desordem no desenvolvimento sexual” e, tratando-se do campo da Saúde Coletiva, seria necessária a problematização das questões relacionadas a intersexualidade para a garantia de um atendimento ético desses indivíduos dentro do campo da saúde.

Ressaltamos que o diadismo se configurou enquanto um conceito em que não localizamos referenciais bibliográficos para elaboração e estruturação de maiores enlaces com o presente artigo.

Considerando as vivências de mulheres trans, o modelo de heterossexualidade também trará consequências relacionadas ao cissexismo. Guilherme Augusto da Silva Gomes (2017) coloca que o silenciamento de mulheres trans e lésbicas se torna duplamente relacionado a discriminações decorrentes da lesbofobia e da transfobia. O silenciamento de mulheres trans, sejam elas heterossexuais, lésbicas ou bissexuais também reflete em diversos contextos como, por exemplo, o de saúde. Conforme Hailey Kass Alves (2013), os debates em torno da saúde física e sexualidade de mulheres lésbicas são voltados para uma perspectiva cissexista, excluindo mulheres trans.

Outra questão relacionada à (cis)heteronormatividade é a parentalidade que, por exemplo, segundo Mônica Angonese e Mara Coelho de Souza Lago (2018) é frequentemente associada a casais cisgêneros compostos por sujeitos de gêneros diferentes, principalmente onde ambos são heterossexuais, colocam como o formato da família tradicional, ou, embora não encarado da mesma forma, casais de duas pessoas cisgêneras do mesmo gênero.

A sociedade também estipula e pressupõe que todos os sujeitos tem interesse e desejo pelo sexo, sendo assim, o allosexismo está relacionado à discriminação de pessoas assexuais e/ou aromânticas. É comum deparar-se com a suposição de que o ser humano é naturalmente sexual e, ainda, com a naturalização da prática sexual como missão biológica de reprodução da espécie, caracterizando, assim, um sistema

aloheteronormativo. Segundo Mark Carrigan (2014) essa suposição não apenas existe, como delimita a existência de uma suposta sexualidade normal e saudável.

Esse sistema aloheteronormativo irá afetar diretamente o discurso médico que patologiza as identidades assexuais. Ela Przybylo (2016), aponta que a sociedade exerce uma força opressora sobre os corpos que equipara o sexo com sucesso, saúde e bem estar. Os impactos do alossexismo, enlaçado a heteronormatividade, atinge tanto sujeitos alossexuais como assexuais ao construir, no imaginário social, uma ideia de que o sexo é um fator essencial, não apenas para a qualidade de vida, mas também para o sucesso e a durabilidade das relações.

O monossexismo, para Liz A. Highleyman (1995), sustenta uma perspectiva de que as pessoas só conseguem sentir atração por apenas um gênero e, portanto, colocam bissexuais enquanto pessoas confusas ou indecisas. Para Kathleen Bennett (1992), a bifobia reside no monossexismo que apresenta as monossexualidades como sexualidades como mais naturais pelo desejo ser direcionado a apenas um gênero. Para Melissa Bittencourt Jaeger et al. (2019, p.8)), o monossexismo volta aos monossexuais um elogio, onde, por exemplo, “[...] se pessoas bissexuais são vetores de doença, as monossexuais são ‘limpas’, se pessoas bi não são confiáveis, as monossexuais o são [...]”.

Bissexuais e as identidades sexuais não monossexuais enfrentam as discriminações decorrentes do heterossexismo, mas também as do monossexismo. Os discursos monossexistas colocam a bissexualidade enquanto uma fase transitória para uma monossexualidade, negando sua existência e muitas vezes pautando as práticas discriminatórias.

A discriminação vivenciada por bissexuais por ambas as identidades monossexuais é chamada por Robyn Ochs (1996) de dupla discriminação. Na comunidade homossexual tal discriminação também está relacionada à crença de que bissexuais mantêm certos privilégios decorrentes de, por também sentirem atrações pelo gênero diferente, poderem escolher não se relacionar publicamente com o mesmo gênero e assim evitar a discriminação enfrentada por gays e lésbicas. No entanto, tal perspectiva baseia-se em uma série de compreensões incorretas a respeito da bissexualidade, principalmente as de que bissexuais escolhem parceiros a partir do gênero e de que toda forma de discriminação vivenciada por bissexuais será fruto da homofobia.

A heteronormatividade fornece um modelo a ser seguido a partir de noções estabelecidas dos papéis de gênero e das expressões de masculinidade e feminilidade. Jack Halberstam (1998, p. 2) afirma, por exemplo, que apesar da possibilidade de identificar a existência de uma masculinidade feminina, ela foi historicamente apagada, isso ocorre principalmente devido a motivações ideológicas que buscam sustentar uma complexa estrutura da “masculinidade heroica”, que coloca um determinado tipo de homem em uma posição de poder e dominação. Entretanto, essa masculinidade idealizada não poderá ser alcançada por todos os sujeitos, pois ela se refere a uma especificidade: homens cis brancos de classe média, como consequência dessa estrutura, a masculinidade feminina é apagada e, muitas vezes, repreendida e/ou punida (Jack HALBERSTAM, 1998).

Em adendo, pensando nas masculinidades³, Luiz Alex Silva Saraiva, Leonardo Tadeu dos Santos e Jefferson Rodrigues Pereira (2020), irão afirmar que a masculinidade do homem heterossexual branco tem um espaço de poder na sociedade, esse espaço de poder é sustentado e construído a partir da heteronormatividade. Vale ressaltar, portanto, que o poder vinculado a masculinidade é garantido apenas aos homens que cumprem determinados quesitos que se enquadrem nessa hegemonia (heterossexual, branco, viril e forte). Para além das normas da masculinidade, a sociedade também possui normas para as expressões de feminilidade, formando um imaginário social não apenas de que homens devem expressar a masculinidade e mulheres a feminilidade, mas também ditando como, quando e de que forma devem expressá-las.

Atualmente, mesmo com o enfraquecimento da lógica heteronormativa onde existem dois papéis a serem cumpridos dentro de um relacionamento, o masculino e o feminino, ainda é possível observar como essa dinâmica afeta as relações contemporâneas. Segundo Jeanne Marecek, Stephen E. Finn e Mona Cardell (1982) as expectativas quanto aos papéis de gênero⁴ governam diversos aspectos dos

³ Termo utilizado no plural por considerar que a masculinidade hegemônica (heterossexual, branca e cristã) é apenas uma das formas de expressão da masculinidade. Ao entender a masculinidade como um produto cultural e mutável a utilização do termo no plural ressalta o espaço das masculinidades para além dessa hegemonia.

⁴ Papéis de gênero são um grupo de comportamentos ou funções que a sociedade julga apropriado a pessoas que sejam consideradas de um determinado gênero, por exemplo: homens com o papel de ser fisicamente forte, não demonstrar emoções, ser provedor da casa, dominante e ativo. Enquanto as mulheres tomam esse papel de cuidar da casa e dos outros, ser sentimental, submissa, frágil e passiva. Vale ressaltar que, nesse processo, muitas vezes o gênero é pressuposto com base no sexo designado no nascimento (MARECK; FINN; CARDELL, 1983).

relacionamentos, como o cuidado com os deveres da casa, expressão sexual e poder de tomada de decisão. Apesar das relações entre pessoas do mesmo gênero quebrarem, em partes, com essa lógica, alguns gays e lésbicas reportaram que existiam, em seus relacionamentos, comportamentos semelhantes a esses dos papéis de gênero convencionais heteronormativos.

Uma hipótese, levantada por Jeanne Marecek, Stephen E. Finn e Mona Cardell (1982), é que existe uma internalização desses modelos de relacionamento, que acontece, no imaginário dos indivíduos, por meio de normativas de como deve ser um relacionamento. Essas normativas são impostas, muitas vezes indiretamente, por meio da literatura, dos filmes, dos mitos, da bíblia e até mesmo da observação de outros relacionamentos, que podem levar à identificação e conseqüentemente, mesmo que inconscientemente, a uma repetição.

Um exemplo de como essas questões de papéis perpassam o imaginário social é a invalidação e/ou estranhamento observado em frases ouvidas por casais de mesmo gênero, como “quem é o homem da relação?”, denotando esse pensamento binário e heteronormativo de papéis pré determinados em um relacionamento.

Pensando nessa construção dos papéis de gênero e sua relação com o poder da masculinidade hegemônica, algumas questões podem ser levantadas, como, por exemplo, a forma que a sociedade vê e entende a relação entre duas mulheres, ou mais especificamente duas mulheres que expressem feminilidade, uma vez que isso quebra completamente com o padrão de papéis e, em adendo, desvinculando a relação do padrão heteronormativo de poder da masculinidade hegemônica.

Partindo do pressuposto de que a expectativa social podemos investigar as conseqüências da dicotomia masculino/feminino. Por exemplo, conforme citado nos parágrafos anteriores, o homem deverá expressar a popularmente chamada masculinidade tóxica e, conseqüentemente, ser lógico, ativo, ter uma posição de poder e uma postura de dominação e, em contrapartida, a mulher, dentro dessa mesma expectativa, deverá expressar feminilidade e, com isso, ser emocional e passiva, aproximando-se de uma perspectiva de opressão, submissão e propriedade, podemos identificar que as compreensões sociais, que indicam opostos que partem da visão dicotômica de posse/propriedade, apresentam um efeito importante para a discussão a seguir: a objetificação.

Conforme Ana Kerlly Souza da Costa (2018), a objetificação de mulheres está mencionada na cultura que reproduz padrões de comportamento para homens,

tornando o corpo de mulheres um objeto de desejo e consumo, muitas vezes levando à hipersexualização.

A objetificação da mulher, seja ela cis ou trans, hétero, lésbica ou bissexual, se configura enquanto um importante problema social que merece maiores discussões dentro da acadêmica. A lógica patriarcal que concede uma posição de poder aos homens, principalmente cisgêneros, brancos e heterossexuais, e que os coloca enquanto potenciais “donos” de mulheres, se torna possível a partir da objetificação. A possibilidade de um ser humano possuir outro depende majoritariamente de uma lógica que o objetifique, desprovendo de uma concepção de que também é um ser humano, portanto, é preciso fazer com que as posições de poder recaiam especificamente a um grupo dominante que consiga diminuir outro ser humano ao ponto que este se torne objeto.

A objetificação das mulheres pelo patriarcado também produzirá efeitos na sexualidade e na saúde sexual das mesmas. A perspectiva da objetificação aponta que a sexualidade da mulher deve ser compreendida exclusivamente enquanto relacionada ao prazer e saúde dos homens, e também enquanto para fins reprodutivos. Compreendemos que ambas as afirmações apontam para definições socialmente construídas muito específicas do que é compreendido enquanto homem e mulher: a cisgeneridade. Como efeitos, o baixo discurso social e acadêmico acerca da sexualidade da mulher, fruto da perspectiva de que o prazer e a saúde dos homens é superior e merece maior atenção, conseqüentemente faz com que a maioria das estratégias na área de saúde para prevenir ISTs e gestações estão voltadas à uma compreensão cisheterossexista de práticas sexuais. Por exemplo, a saúde sexual de pessoas com vulvas é negligenciada por políticas públicas, uma vez que estas dependem justamente do discurso médico-científico para serem elaboradas.

No que diz respeito ao discurso médico científico é evidente o baixo número de pesquisas exclusivamente voltadas à população de mulheres lésbicas e bissexuais, podendo ser um reflexo direto da invisibilidade dessa população, seja por seu caráter de uma minoria (mulheres) dentro de outras minorias (homossexuais e bissexuais), ou conforme aponta Ana Rita da Silva Rodrigues (2013) pela própria exclusão que se criou quanto a essa população no discurso médico-científico. Segundo Marcio Zamboni (2016), mesmo quando o discurso médico focou na população homossexual, durante a epidemia de HIV nos anos 80, as mulheres que tinham relações sexuais com outras mulheres ficaram invisibilizadas pela crença errônea de serem imunes à

AIDS e, conseqüentemente, não tiveram suporte material e simbólico na esfera pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível compreender, explorando as ideologias sobre gênero e sexualidade, como o cissexismo, heterossexismo, allossexismo, diadismo e monossexismo contribuem para uma hierarquia social que privilegia a heterossexualidade. Essas ideologias envolvem uma visão reducionista da sexualidade humana que cria categorias dicotômicas para identificação e forma uma hierarquia social de discriminação. O conceito de dualismo hierárquico auxilia na compreensão de como a heterossexualidade se torna uma instituição social e, portanto, um fato social durkheimiano principalmente com as colorações dos conceitos de poder e violência simbólica.

Buscando discorrer sobre os mecanismos ideológicos, o objetivo principal do artigo em descrever a heterossexualidade enquanto instituição, a partir do conceito de fato social, permitiu compreender que a sociedade estrutura normas para fazer com que todos os sujeitos, em determinado momento, sintam a heterossexualidade enquanto uma expectativa social e, portanto, faz com que identidades dissidentes enfrentem diversas formas de violência, explícita ou implicitamente, exclusivamente em decorrência de não manterem o padrão heteronormativo da sociedade.

O modelo institucionalizado da heterossexualidade também apresenta o elemento da coerção, importante ponto para a compreender enquanto um fato social, de tal forma que os sujeitos muitas vezes experienciam confusões e sentimentos conflitantes relacionados à sexualidade, acreditando que a atração pelo gênero diferente do deles é o “natural”, só percebendo a coerção social, implícita ou explícita, após entrarem em contato com outras formas de perceber a dissidência sexual.

É essencial, portanto, entender a heterossexualidade compulsória para além da perspectiva de uma sociedade que pressupõe, e exige, a heterossexualidade como a única sexualidade legítima. A heterossexualidade compulsória, enquanto fato social, denuncia e aponta para uma complexa estrutura de discursos e mecanismos que visam a manutenção de uma hierarquia social, assegurando que a heterossexualidade sempre se mantenha em posição de poder.

Também buscamos articular que, justamente pelas discriminações ocorrerem muitas vezes simultaneamente, as experiências de cada sujeito serão distintas em decorrência dos diversos discursos ideológicos sobre raça, gênero e sexualidade.

Conforme apresentado neste artigo, a heterossexualidade também estará intimamente relacionada com as discriminações sociais, e que estas vão, inclusive, para além da violência física, que em alguns casos nem mesmo é necessária para fazer com que os sujeitos dissidentes não se sintam seguros de serem quem são na sociedade. Não buscamos afirmar que a violência física não é um importante problema social a ser combatido, apenas afirmamos a necessidade de explorar que existem muitas outras formas com que o modelo político de heterossexualidade e de heteronormatividade, afetam a saúde física e mental dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Hailey Kaas. **Sobre ser mulher trans* e bissexual**: uma experiência pessoal. 2013. Disponível em: <https://generoderiva.wordpress.com/2013/08/02/algumas-consideracoes-sobre-a-questao-das-mulheres-trans-lesbicas-bissexuais-e-pansexuais/> Acesso em 09/11/2021.

ANGONESE, Mônica; LAGO, Mara Coelho de Souza. Família e experiências de parentalidades trans. Florianópolis: **Revista de Ciências Humanas**, vol. 52, p. 2-18. 2018

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro. 2019.

BARRERA, Daniela Calvó. **Integralidade e Cissexismo**: uma revisão de artigos sobre atenção à saúde de pessoas Trans. Monografia (Bacharel em Ciências Sociais) Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. 2014.

BLACK, Linda L.; STONE, David. Expanding the Definition of Privilege: the concept of social privilege. **Journal Of Multicultural Counseling And Development**, [S.L.], v. 33, n. 4, p. 243-255, 2005.

BENNETT, Kathleen. Feminist Bisexuality: a both/and option for an either/or world. IN: WEISE, Elizabeth Reba. **Closer to Home: Bisexuality and Feminism**. The Seal Press, p. 205-231, 1992.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: Editora Unicamp, 1998.

BOURDIEU, Pierre; PEARSON, Jean Claude. 1970. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Language and Symbolic Power**. 1982. Oxford: Polity Press. 1991.

_____. **Masculine domination**. 1998. Polity Press. 2001.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 1990. Civilização Brasileira. 2003.

CARRIGAN, Mark. There's more to life than sex? Difference and commonality within the asexual community. **Sexualities**, 14(4), p. 462–478, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. Editora Brasiliense, 2º ed. 2001.

CONCEIÇÃO, Carolina Silveira da; MORA, Claudia Mercedes. “Respeito é bom e eu gosto”: trajetórias de vida de mulheres negras assistidas por um Centro Especializado de Atendimento à Mulher em Situação de Violência na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, vol. 36, n. 7, 2020.

COSTA, Ana Kerlly Souza da. Hipersexualização frente ao empoderamento: a objetificação do corpo feminino evidenciada. **VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade**. 2018.

DURKHEIM, Emilie. **As regras do método sociológico**. 1895. 3º ed. São Paulo: Martins Fontes. 2007.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade, vol. 1: a vontade de saber**. 1976. Rio de Janeiro: Gallimard. 1990.

GOMES, Guilherme Augusto da Silva. Dos excessos para o silêncio: as mulheres trans e lésbica em *Baléralé e Rasif*, de Marcelino Freire. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2017.

HALBERSTAM, Jack. **Female masculinity**. London: Duke University Press. 1998

HEREK, Gregory. M. The social context of hate crimes: notes on cultural heterosexism. In: HEREK, G. M.; BERRIL, K. T. **Hate crimes: confronting violence against lesbians and gay men**. Newbury: Sage, 1992, p. 89-104.

HIGHLEYMAN, Liz E. Identities and Ideas: Strategies for Bisexuals. IN:TUCKER, Naomi. **Bisexual Politics Theories, Queries, and Visions**. **Routledge**, p. 1995.

JAEGER, Melissa Bittencourt et al. Bissexualidade, bifobia e monossexismo:problematizando enquadramentos. **Revista Periódicus**, vol. 2, n. 11, mai./out. p. 01-16, 2019.

MERECEK, Jeanne; FINN, Stephen e; CARDELL, Mona. Gender roles in the relationships of lesbians and gay men. **Journal Od Homosexuality**, Swarthmore, v. 8, n. 2, p. 45-49, 1982.

MESQUITA, Daniele Trindade; PERUCCHI, Juliana. Não apenas em nome de Deus: Discursos Religiosos sobre Homossexualidade. **Psicologia e Sociedade**, v. 28, n. 1, p. 105-114, 2016.

MOREIRA, Adilson José. **O que é discriminação?** Belo Horizonte: Letramento. 2017.

_____. A construção jurídica da heterossexualidade. **Revista de Informação Legislativa**, vol. 47 n. 188, out./dez. 2010.

OCHS, Robyn. Biphobia: It Goes More Than Two Ways. IN: FIRESTEIN, Beth A. Bisexuality: The Psychology and Politics of an Invisible Minority. **Editora Sage**, p. 217-239, 1996.

PRZYBYLO, Ela. Crisis and safety: the asexual in sexusociety. **Sexualities**, [S.L.], v. 14, n. 4, p. 444-461, 2011.

RAPOSO, Theremilza Cristina Santana. Grupo de mulheres: uma perspectiva feminista na terapia sexual. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana – SBRASH**. v. 7, n. 1, p. 43-51, 1996.

RODRIGUES, Ana Rita da Silva. (Homo)sexualidades femininas e a ginecologia: uma reflexão sobre gênero, corpo e saúde. **Revista Todavia**, v.4, n. 6, p. 41-52, 2013.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. 1980. **Bagoas**, Natal, v. 4, n. 5, p. 17-44, 2010.

SARAIVA, Luiz; SANTOS, Leonardo; PEREIRA, Jefferson. Heteronormativity, Masculinity and Prejudice in Mobile Apps: the case of grindr in a brazilian city. **Brazilian Business Review**, [S.L.], v. 17, n. 1, p. 114-131, 2020.

SILVA, Marlon Silveira; MEDEIROS, Talita Gonçalves; CAETANO Marcio. A Invenção da Homossexualidade Feminina: Discurso científico, regulação e educação. In: Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação, 6, 2015, Rio Grande do Sul. **Anais...** Rio Grande do Sul: UFRGS, Capes, p. 1-12, 2015.

SILVA, Silvane Aparecida da. Racismo e sexualidade nas representações de negras e mestiças no final do século XIX e início do XX. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**. 2008.

VIANA, Ana Carolina; SANTOS, Cristiane e EZECHIELLO, Rafaela. A hipersexualização da mulher negra. **Materializando conhecimentos**, vol. 9 out/2019.

WARNER, Michael. Introduction: fear of a queer planet. **Social Text**, vol. 9, n. 4, p. 3-17. 1991.

ZAMBONI, Marcio. Interloquções da dor: a epidemia de HIV/aids na perspectiva de mulheres homossexuais. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 9, n. 13, p. 133-150, 18 jun. 2016.

* Artigo recebido em 17 de agosto de 2021,
aprovado em 27 de outubro de 2021.